

# Partido não teme afastamento

O presidente regional do PT, Geraldo Magela, disse ontem que a decisão do TRE não tira o Partido (dos Trabalhadores da eleição) de 3 de outubro: "Não há motivo para alarmes. Nós estamos na campanha, e continuaremos nela até a vitória", afirmou. Magela garante mesmo que os candidatos da legenda participarão do horário eleitoral gratuito. Mas apesar das palavras de tranquilidade, o PT já informou que entrará com recurso junto ao TSE, e com um mandado de segurança para assegurar sua presença no pleito eleitoral.

Magela justifica as palavras de tranquilidade citando a legislação eleitoral: "O que diz é simples de ser entendido: quando os diretórios zonais fazem o registro de chapa única, e não tem impugnação dentro do próprio partido, o TRE não tem que julgá-lo, mas acatá-lo". Na prática, o presidente do PT afirma que o TRE não pode negar o registro da legenda.

Mas ainda que a decisão do TRE seja mantida, Geraldo Magela apresenta um outro argumento para manter a calma: "Se o registro das zonais do Plano Piloto e de Planaltina for realmente negado, basta que o diretório

nacional do PT indique uma comissão provisória para cada uma, e tudo fica resolvido. Tudo o que foi feito até aqui valendo, porque não há retroatividade nesse caso". Convocada a comissão provisória, o partido se organizaria em seguida para realizar novas eleições e escolher os diretórios zonais e o regional.

## INTERPRETAÇÃO

O candidato ao GDF, Carlos Saraiva, disse estar confiante na confirmação da legenda pelo TSE. "A lei existe para ser interpretada", afirmou o candidato, entendemos que "é difícil se analisar a questão única e exclusivamente pela parte legal. A interpretação política do caso também deve ser respeitada", comentou.

Carlos Saraiva acredita que "um partido como o PT, com tradição e penetração junto ao eleitorado do DF, não deve ficar de fora de uma eleição. Você já imaginou uma eleição em Brasília sem o PT?" O candidato petista ressalta que "lei é lei" e que "os juízes são independentes", mas que "não devem interpretar friamente a legislação".